

FICHA DE DISCIPLINA

Mestrado Profissional em Justiça Administrativa – PPGJA Faculdade de Direito

DADOS DA DISCIPLINA	
CÓDIGO DA DISCIPLINA:	ESD10333 Economia e judicialização das políticas ambientais
CARGA HORÁRIA: 45 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS: 3
TIPO DE COMPONENTE:	() Disciplina Obrigatória (X) Disciplina Optativa () Seminário
DOCENTE:	Claude Adelia Cohen
EMENTA:	Principais correntes de economia do meio-ambiente, conceito de sustentabilidade; falhas de mercado e externalidades ambientais, nível ótimo de poluição, instrumentos econômicos para obtenção da sustentabilidade; poluição ótima, padrões de consumo, valoração ambiental, mudanças climáticas; política ambiental.
OBJETIVOS:	Firmar uma compreensão da questão ambiental a partir da perspectiva dos conflitos socioambientais, salientando aspectos de exclusão social que levem ao refinamento de práticas de gestão de natureza pública e sustentabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	<ul style="list-style-type: none"> ● Principais correntes de economia do meio ambiente e o conceito de sustentabilidade ● Nível ótimo de poluição Conflitos ambientais ● Gestão ambiental global: mudanças climáticas; e instrumentos econômicos para obtenção da sustentabilidade ● Transição energética ● Novos conceitos e impactos sobre o meio ambiente: economia do conhecimento e economia compartilhada e economia criativa ● Valoração ambiental ● Gestão ambiental empresarial ● Políticas públicas ambientais
METODOLOGIA:	Aulas didático-expositivas referentes à bibliografia apresentada, reforçada por palestras.
AValiação:	Pontualidade, assiduidade, participação nas aulas e qualidade do trabalho individual escrito, de importância para o aperfeiçoamento profissional, o qual deverá compreender um estudo de caso e a revisão de literatura de no mínimo um terço dos textos indicados no presente projeto de curso. O referido trabalho deverá ser entregue, por e-mail, em até 60 dias após o final da disciplina.
BIBLIOGRAFIA:	<p>BUENO, Bruno Taitson. A influência do movimento ambientalista nas políticas públicas: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2016. 314 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.</p> <p>CASTELO, Thiago Bandeira. Legislação Florestal brasileira e Políticas Públicas do governo de combate ao desmatamento na Amazônia Legal. <i>Ambient. soc.</i> [online]. 2015, vol.18, n.4, pp.221-242. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2015000400013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jan 2018.</p> <p>LEFF, Enrique. <i>Epistemologia ambiental</i>. 5ª ed. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>LEITE, José Rubens Morato; AYALA, P. A. <i>Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial</i>. São Paulo: RT, 7a ed., 2015.</p> <p>MACHADO, Paulo Afonso Leme. <i>Direito Ambiental Brasileiro</i>. São Paulo: Ed. Malheiros, 24a ed., 2016.</p> <p>MILARÉ, Edis. <i>Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrinas, jurisprudência, glossário</i>. 5ª edição reformulada, atualizada e ampliada. São Paulo: RT, 2007.</p>

SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2a ed. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TACHIZAWA. Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.